



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0013848-88.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica**
 Documento de Origem: **IP - 128/2012 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Franquelino Alves**
 Vítima: **Lourdes Graças Rodrigues**

Aos 10 de outubro de 2016, às 16:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Franquelino Alves, acompanhado de defensor, **Dr. Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro - Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a Drª PROMOTORA:**“MM. Juiz: Franquelino Alves foi denunciado por delito de lesão corporal de natureza leve, teria agredido sua esposa. A ação é improcedente. No caso concreto, não há nenhuma testemunha em juízo que pudesse comprovar como ocorreram os fatos e nessas circunstâncias não há prova contra o réu, A vítima apresentou versão diversa daquela apresentada na policia. O réu negou qualquer tipo de agressão. Na policia, a vítima já havia se retratado, inclusive de eventual ameaça. Assim por falta de provas suficientes requer-se a sua absolvição. **Dada a palavra a DEFESA:**“MM. Juiz: Em comum com o Ministério Público, observada a regra do artigo 155 do CPP, destacando-se ainda que em caso de condenação, na pena mínima a pretensão punitiva estará prescrita, considerando que o réu é maior de 70 anos, o que faz com que a prescrição seja contada pela metade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**“Franquelino Alves, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, do CP, porque em 17.03.2012, por volta de 22h30, na Rua Paulo de Campos, 43, Vila São Jose, nesta cidade e Comarca, prevalecendo-se de relações domésticas e familiares contra a mulher na forma da Lei nº 11.340/06, ofendeu a integridade corporal de sua esposa, causando-lhe as lesões corporais de natureza leve, conforme laudo juntado as fls.11. Recebida a denúncia (fls.28), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.64). Nesta audiência foi ouvida a vítima e interrogado o réu. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição. **É o relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público, “Franquelino Alves foi denunciado por delito de lesão corporal de natureza leve, teria agredido sua esposa. A ação é improcedente. No caso


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

concreto, não há nenhuma testemunha em juízo que pudesse comprovar como ocorreram os fatos e nessas circunstâncias não há prova contra o réu, A vítima apresentou versão diversa daquela apresentada na polícia. O réu negou qualquer tipo de agressão. Na polícia, a vítima já havia se retratado, inclusive de eventual ameaça. Assim por falta de provas suficientes requer-se a sua absolvição". De fato, a prova hoje colhida não é clara quanto ao dolo do acusado e a própria vítima afirmou que não houve prática de delito. Embora haja um laudo de lesão corporal, a prova oral deixa dúvidas quanto ao dolo do acusado. A absolvição é de rigor. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Franquelino Alves com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Camila Laureano Sgobbi, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):